

## CARTA DE RECOMENDAÇÕES DO ESTADO DO MARANHÃO

O Estado do Maranhão tem se engajado de forma ativa e propositiva nos esforços para promover uma transição justa para o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Neste contexto, apresentamos esta carta como resultado das contribuições coletivas construídas no âmbito da Jornada COP+, um movimento que reúne diferentes segmentos da sociedade em torno de soluções para os desafios ambientais, sociais e econômicos da região.

A Jornada é uma realização do Sistema FIEPA, com apoio institucional da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, da Ação Pró-Amazônia e do Instituto Amazônia +21, com apoio técnico do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

Nós, compostos por representantes de governos, da federação das indústrias, da sociedade civil, do setor privado, do meio acadêmico e demais atores estratégicos reunidos nas oficinas temáticas realizadas no estado do Maranhão, voltadas ao aprofundamento do debate sobre os desafios e oportunidades relacionados à justiça climática, financiamento climático, uso da terra e regularização ambiental, bem como à transição energética, reafirmamos nosso compromisso com a construção de um futuro justo, inclusivo e sustentável para o nosso estado e para a Amazônia Legal.

As discussões promovidas em território maranhense partiram do reconhecimento de que os efeitos da crise climática atingem de forma mais intensa os povos e

comunidades em situação de vulnerabilidade. O Maranhão, inserido na Amazônia Legal e caracterizado por sua rica diversidade sociocultural e ambiental, convive com desafios estruturais relacionados à desigualdade socioeconômica e à vulnerabilidade climática, esses precisam ser enfrentados com urgência e responsabilidade compartilhada.

Neste sentido, as seguintes premissas e recomendações foram consolidadas, com vistas a subsidiar as contribuições do Maranhão para a CbCop:

## 1. Uso da Terra e Regularização Ambiental

O estado do Maranhão possui 65% dos seus cursos hídricos temporários sendo essencial para o desenvolvimento econômico e reprodução dos modos de vida das populações, para isso, a implementação de estratégias de recuperação e conservação se mostram estratégicas. Recomenda-se o fortalecimento da regularização fundiária e ambiental com foco na segurança territorial, na reordenação de áreas consolidadas e na garantia dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), por meio da priorização da titulação coletiva, da criação de uma câmara técnica fundiária e ambiental no âmbito da CEPCT e da institucionalização da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) como instrumento transversal dessas ações. As propostas priorizam também a recuperação de áreas degradadas, a implementação de corredores ecológicos e a compensação ambiental, reconhecendo o papel central dos biomas maranhenses — especialmente o Cerrado — na regulação climática e hídrica. A restauração ecológica e produtiva será impulsionada pela produção de mudas nativas e pela valorização dos serviços ecossistêmicos, articulando-se à elaboração de planos regionais de agricultura de baixo carbono, ao fortalecimento da bioeconomia em APPs e

ao incentivo à pesquisa científica, com foco em inventários de fauna e flora em zonas de transição e no semiárido maranhense. Soma-se a isso a promoção de alternativas econômicas sustentáveis por meio da criação de zonas de uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs) com base no ZEE, do fortalecimento da ATER, do estímulo à bioeconomia e da implantação de estruturas produtivas em áreas prioritárias, garantindo ainda o acesso ao crédito com critérios padronizados e o desenvolvimento de programas de resiliência climática voltados às periferias urbanas e comunidades tradicionais. Por fim, recomenda-se o aprimoramento técnico e administrativo dos órgãos ambientais, com ênfase no fortalecimento da SEMAS, das brigadas municipais e da articulação interinstitucional para a fiscalização, além da adoção de instrumentos que ampliem a capacidade estatal de planejamento e gestão.

## 2. Justiça Climática

Durante os diálogos da mesa temática, foi enfatizado que a justiça climática no Maranhão deve priorizar as populações mais afetadas pelos efeitos das mudanças climáticas — como povos indígenas, comunidades tradicionais, mulheres, moradores de periferias urbanas, catadoras e catadores de material reciclável e agricultores familiares que enfrentam seus impactos de forma desproporcional. A escassez, a má qualidade e a irregularidade no acesso à água foram apontadas como expressões concretas dessas desigualdades, com consequências graves para a saúde, a segurança alimentar e a dignidade das comunidades. A ausência de políticas públicas estruturantes de saneamento básico, esgotamento sanitário e gestão de resíduos sólidos agrava ainda mais essa situação. Foi destacada também a necessidade de fortalecer a capacidade técnica e institucional das organizações da sociedade civil, muitas vezes impossibilitadas

de acessar recursos e participar ativamente da construção de soluções por falta de suporte jurídico, contábil e formativo. Os participantes reforçaram a importância de construir políticas públicas com base em oitivas equitativas, respeitando os saberes locais e fortalecendo os mecanismos de controle social. A articulação com universidades e atores territoriais que já atuam em programas voltados à água, saneamento, diversidade étnica e educação ambiental foi considerada essencial para a efetividade das ações. Também se sugeriu o uso de critérios de compras públicas sustentáveis e incentivos a empresas locais que promovam soluções alinhadas à justiça climática. Que seja feito junto às comunidades. Sem escuta, sem participação e sem reconhecimento das comunidades como protagonistas, não há justiça climática possível.

### 3. Transição Energética Justa

O Maranhão possui uma das matrizes energéticas mais limpas do país, com cerca de 90% da energia proveniente de fontes renováveis, o que o posiciona estrategicamente na agenda nacional de transição energética. Para potencializar essa vocação, é necessário fortalecer os mecanismos existentes e otimizar o licenciamento ambiental para a instalação de usinas solares, incentivar a geração de bioenergia a partir de resíduos sólidos urbano e utensílios domésticos da cadeia agroindustrial – como açaí, milho, babaçu, cana-de-açúcar, mandioca e eucalipto – e ampliar a cogeração de energia com biometano oriundo de resíduos sólidos urbanos e de origem animal. Também se destaca a importância de expandir a energia eólica em regiões de alto potencial e explorar fontes complementares, como a energia maremotriz ao longo da

costa maranhense. O fortalecimento da pesquisa aplicada, em parceria com universidades e centros de inovação, pode impulsionar soluções tecnológicas alinhadas à realidade local. Soma-se a isso o potencial natural do Maranhão para o desenvolvimento do hidrogênio verde, consolidando novas fronteiras energéticas. A criação de um sistema estadual de compensação verde, com incentivos como linhas de crédito específicas para empreendimentos que adotem fontes limpas, pode promover competitividade com responsabilidade socioambiental. Essas diretrizes apontam caminhos para uma transição energética justa, sustentável e inclusiva, em consonância com os desafios e oportunidades da economia de baixo carbono.

#### 4. Financiamento Climático

Considerando as vulnerabilidades socioclimáticas do Maranhão, é fundamental priorizar instrumentos de governança e mecanismos de compensação que assegurem o acesso equitativo aos recursos de financiamento climático e da bioeconomia. Isso inclui fortalecer a participação social na formulação e implementação de políticas climáticas, qualificar capacidades técnicas locais para elaboração de projetos viáveis e ampliar a informação sobre oportunidades de financiamento climático e ações concretas que gerem resultados. A estruturação de arranjos institucionais entre sociedade civil, setor privado e governos deve ser acompanhada por mecanismos de transparência, controle social e salvaguardas socioambientais que garantam a repartição de benefícios, levando em consideração as contribuições locais para o direcionamento das ações climáticas. É igualmente essencial fortalecer a capacitação dos atores locais e o papel das universidades e instituições técnicas na produção e disseminação de conhecimento, garantindo que a informação seja acessível e orientada às necessidades dos territórios.

# JORNADA COP+

Ao mesmo tempo, é necessário fomentar projetos estruturantes com impacto direto na diversificação energética, no uso de tecnologias acessíveis e no fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis — incluindo o turismo, a cultura local e a agricultura familiar. Deve-se ainda fortalecer políticas de proteção de ecossistemas sensíveis, como os remanescentes florestais e os manguezais, promover a valorização dos ativos ambientais por meio da implementação das políticas de REDD+ e PSA, e direcionar instrumentos tradicionais de recursos públicos e privados para a viabilização de ações concretas de sustentabilidade nos territórios.

Diante dessas premissas, reafirmamos que a construção de uma agenda climática no Maranhão e na Amazônia Legal só será eficaz se for enraizada nos territórios, inclusive nos processos decisórios e estrategicamente conectada aos mecanismos de cooperação e financiamento global.

A Carta de Recomendações do estado do Maranhão é, portanto, um chamado à ação coletiva, coordenada e urgente por parte do poder público, da indústria, do setor privado, e dos atores envolvidos em direção a uma transição ecológica justa e solidária, que reconheça os limites do planeta e os direitos das pessoas.

**São Luís (MA), 04 de agosto de 2025**



## ANEXO – BULLETS POINTS DAS MESAS TEMÁTICAS

### Uso da Terra e Regularização Ambiental

- Criação de zonas para uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs) com base nos Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEEs) estaduais, considerando aspectos legais da regularização fundiária e ambiental em Unidades de Conservação. Estruturação de atividades produtivas e econômicas voltadas à economia verde, priorizando áreas de maior criticidade e potencialidade.
- Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), especialmente em territórios quilombolas, para prevenção da degradação e do desmatamento.
- Intensificação da recuperação de áreas degradadas, com foco em áreas irregulares e suscetíveis a incêndios florestais.
- Aperfeiçoamento técnico e operacional das secretarias ambientais e fortalecimento da estrutura administrativa da SEMAS.
- Reconhecimento do Cerrado como bioma prioritário para conservação hídrica e equilíbrio climático, com elaboração de planos regionais de agricultura de baixo carbono e plano estadual de adaptação e mitigação climática.
- Ampliação e fortalecimento das relações interinstitucionais para fiscalização ambiental e brigadas municipais com visão estratégica territorial.
- Criação de banco de áreas para compensação ambiental e sistema facilitador de compensação de Reserva Legal entre imóveis rurais (Floresta Viva Maranhão).
- Atualização da política estadual de biodiversidade e florestas.

# JORNADA COP+

- Efetivação e implantação de corredores ecológicos nos biomas Amazônia e Cerrado, inclusive em terras tradicionais.
- Fortalecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) via cadastro estadual, criação de câmara técnica fundiária e ambiental na CEPCT e programas de resiliência climática para periferias urbanas e rurais.
- Estudos sobre a abrangência do semiárido maranhense e viabilidade de projetos de mitigação de riscos do uso da terra.
- Ampliação da capacidade pública e privada para produção de mudas nativas para restauração ecológica.
- Incentivo à pesquisa e desenvolvimento em bioeconomia em comunidades tradicionais.
- Padronização das exigências para acesso ao crédito.
- Viabilização de projetos de recuperação de nascentes e cursos d'água no Cerrado, reconhecido como regulador hídrico.
- Incentivo a inventários de fauna e flora em áreas de transição entre biomas.
- Estratégias e instrumentos legais para reordenamento de áreas consolidadas e aplicação rigorosa das leis ambientais, com foco na recuperação de Reservas Legais e Áreas de Proteção Permanente (APPs).
- Priorizar a regularização ambiental e fundiária urbana e rural em APPs, acompanhada de ações para restauração dos sistemas hídricos locais e regionais.

# JORNADA COP+

- Implementação de mecanismos de bioeconomia para exploração sustentável dos recursos naturais em APPs, considerando que cerca de 65% dos cursos d'água são temporários.
- Arredamento de terras devolutas para inovação e prestação de serviços ambientais às comunidades, com destinação prioritária aos PCTs.
- Fortalecimento da regularização fundiária para PCTs com emissão de títulos coletivos e garantia da realização da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) em matéria fundiária e ambiental, especialmente em processos de licenciamento.

## Justiça Climática

- O Maranhão enfrenta um paradoxo crítico: é um dos estados com maior disponibilidade hídrica do Nordeste, mas com baixa cobertura de saneamento básico e distribuição desigual de água potável, sobretudo em territórios rurais e indígenas.
- As populações mais afetadas pelas mudanças climáticas – como povos indígenas, comunidades tradicionais e moradores de periferias urbanas – são também as que possuem menor capacidade de acessar recursos financeiros e técnicos.
- Há iniciativas comunitárias em curso – como projetos de compostagem com resíduos locais, reaproveitamento de madeira e bioeconomia baseada em saberes tradicionais, que podem ser usadas em benefício a essas mesmas populações.

# JORNADA COP+

- A ausência de um Fundo Estadual específico voltado para o financiamento climático limita a capacidade do estado de estruturar ações contínuas e coordenadas de mitigação e adaptação.
- A baixa institucionalidade e estrutura jurídica das organizações da sociedade civil (OSCs) é um entrave concreto para acessar editais e recursos de fomento, incluindo programas federais e internacionais.
- A implementação da Portaria MS nº 888/2021, que define parâmetros mínimos de qualidade da água para consumo humano, ainda é limitada no estado, com menos da metade dos municípios alcançando os padrões exigidos.
- A falta de educação ambiental crítica e de letramento climático-financeiro amplia o distanciamento da população em relação aos impactos das mudanças climáticas e à compreensão dos seus direitos.
- A escuta ativa das comunidades – por meio de *oitivas* – foi apontada como condição essencial para garantir justiça climática na destinação dos recursos, evitando políticas desenhadas de forma centralizada e descoladas da realidade local.
- Organizações e universidades públicas foram destacadas como atores-chave para apoiar a formação técnica, o desenvolvimento de soluções aplicadas e a construção de pontes entre conhecimento científico e necessidades territoriais.
- A experiência de comunidades que enfrentaram graves problemas ambientais, como fumaça tóxica de lixões ou contaminação de aquíferos, reforça a urgência

de integrar saúde ambiental, saneamento básico e financiamento climático como agendas interdependentes.

- O saneamento básico foi reiteradamente citado como um grande gargalo estrutural do estado, sendo um serviço invisível, subfinanciado e cuja responsabilidade recai injustamente sobre a tarifa, sem fundo público que o sustente.
- O racismo ambiental aparece como tema transversal, evidenciando que as populações mais atingidas pela crise climática são também historicamente marginalizadas nos processos decisórios.
- A articulação entre setor privado local, setor público e OSCs ainda é frágil. Existe potencial para engajamento de empresas locais, especialmente com incentivo fiscal vinculado a metas ESG.

## Transição Energética

- Otimizar o licenciamento ambiental para instalação de usinas solares, ampliando o acesso à energia solar no estado, cuja viabilidade técnica permite reduzir em até 90% as emissões de carbono.
- Aproveitar o potencial da bioenergia, incentivando a produção a partir da biomassa do açaí, resíduos do milho, babaçu, bagaço de cana, mandioca e eucalipto.

# JORNADA COP+

- Implantar sistemas de cogeração de energia com biometano gerado a partir de resíduos domésticos e de origem animal, promovendo economia circular nas zonas urbana e rural.
- Ampliar o uso da energia eólica, especialmente em regiões com alto potencial de ventos, mediante a simplificação dos trâmites de autorização e instalação.
- Investir no desenvolvimento de energia maremotriz, aproveitando o potencial da costa maranhense como fonte complementar à matriz energética do estado.
- Fortalecer a pesquisa acadêmica voltada à transição energética, com apoio a universidades e centros de inovação, promovendo soluções locais e tecnológicas adequadas à realidade do Maranhão.
- Hidrogênio verde embora a produção de hidrogênio verde exija infraestrutura mais robusta, o Maranhão possui potencial natural para se tornar polo estratégico dessa nova matriz energética.
- Criar um sistema estadual de compensação verde, com incentivos específicos (como linhas de crédito verdes) para agroindústrias e empreendimentos que adotem matrizes renováveis, promovendo competitividade com responsabilidade socioambiental.

## Financiamento Climático

- Fortalecer a atuação das organizações sociais na formulação e implementação de políticas climáticas, com participação ativa no controle social.



# JORNADA COP+

- Estimular a cooperação entre sociedade civil, setor privado, academia e governos para direcionar ações concretas e inclusivas nos territórios.
- Investir na capacitação técnica e institucional das comunidades e organizações locais para elaboração de projetos viáveis e acesso a recursos climáticos.
- Ampliar o acesso à informação sobre oportunidades de financiamento climático e promover letramento técnico em bioeconomia e sustentabilidade.
- Estabelecer mecanismos de transparência e monitoramento sobre o uso dos recursos climáticos, incluindo resultados, impactos e responsabilidades institucionais.
- Desenvolver sistemas de informação climática para apoiar a produção rural, a prevenção de desastres e a adaptação em contextos urbanos e rurais.
- Elaborar planos de contingência para eventos climáticos extremos e fortalecer políticas estaduais de REDD+ e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).
- Criar e aplicar salvaguardas socioambientais que assegurem a repartição justa de benefícios às comunidades envolvidas em projetos climáticos.
- Direcionar instrumentos públicos existentes, como CFEM e fundos educacionais, para ações de redução de emissões, educação ambiental e sustentabilidade.
- Avaliar e ampliar a capacidade institucional do Maranhão para captar e gerir recursos nacionais e internacionais voltados ao enfrentamento da crise climática.
- Estimular a criação de mecanismos financeiros específicos para mitigar e adaptar os efeitos das mudanças climáticas de forma contínua e coordenada.



# JORNADA COP+

- Incentivar programas de inovação e empreendimentos sustentáveis com base em ativos ambientais, fortalecendo a bioeconomia local.
- Apoiar cadeias produtivas da sociobiodiversidade, superando gargalos logísticos no beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos.
- Financiar projetos de turismo sustentável e valorização cultural em comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e extrativistas.
- Desenvolver ações para proteção de ecossistemas sensíveis, como os manguezais, articuladas com a geração de renda e segurança territorial.
- Apoiar iniciativas de transição energética e uso de energia limpa em transportes e processos logísticos vinculados à produção local.
- Financiar pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias acessíveis por meio de universidades e centros de inovação locais.
- Promover a descentralização da gestão ambiental com participação ativa dos territórios e maior autonomia dos entes locais.
- Apoiar ações de comando e controle, fiscalização ambiental, combate às queimadas e proteção de territórios indígenas e coletivos.
- Monitorar permanentemente os impactos climáticos sobre comunidades vulneráveis, assegurando a construção de políticas com base em dados e escuta qualificada.

